

# NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Infamara Cassamá

ANO XXIV - Nº 1617

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil, CP 154, Tel. 21 37 13 21 37 25 BISSAU

## GREVE GERAL NA FUNÇÃO PÚBLICA

# Governo dá mais CFA trabalho retoma



O recém-nomeado Governo guineense aceitou, enfim, abrir a mão, para doar um subsídio de 14.500 francos Cfa aos trabalhadores da Função Pública. Este subsídio vem expresso no acordo rubricado entre o Governo e os sindicatos, em 21 do corrente mês, após uma ronda negocial de dois dias. Tudo porque os trabalhadores da Função Pública, movidos pela central sindical UNTG e a Confederação dos Sindicatos Independentes (CSI), haviam decidido entrar em greve geral por um período de dez dias sucessivos, caso o Governo se recusasse a atender as suas demandas salariais.

Páginas .....10

Criminalidade continua viva

## Polícia precisa de ajuda

Página ..... 8



Augusto Poquena

## Falta peixe no mercado nacional

O mar guineense tem uma capacidade de produção anual de cinco mil toneladas de camarões e cem mil toneladas de peixe. Apesar desta grande capacidade produtiva, ainda não foi possível garantir um abastecimento regular do mercado em pescado. Está sabido que o consumo mensal do país em produtos do mar é de 430 mil toneladas.

Página ..... 6 e 7

Greve

## Solidariedade popular é inquestionável

Página ..... 11

Saúde pública

## Mosca da cegueira está solta

Página ..... 9

Transações bancárias

## Totta e Açores reage

Página ..... 12

Matas de cajú tomam

## lugar das florestas naturais

Página ..... 3

# O país tem problemas

*Nas últimas campanhas eleitorais, foi pregada muito a palavra mudança com "m" maior. Então, a Mudança cresceu, ganhou peso e força até se tornar em slogan eleitoralista, que moveu e arrastou multidões e "djidius". E, logo que se operou a mudança, as pessoas se esqueceram imediatamente de que, nunca há mudança sem resistentes. Mas, tudo está claro. A mudança política que vivemos, é uma pequena revolução do povo guineense contra um passado não muito glorioso: o reino do Paigc e seus reis malvados.*

**O**ra, se isso aconteceu perante nossos olhos, a mudança que agora alcançamos com verbo e suores, precisa de estrelas, de tempo e terreno de acção.

Mas, uma coisa é certa: por haver faltas de comida na Guiné, pegou o guineense na palavra "política" e fê-la bnda a saborear em todas as concentrações, grupos ou lares.

Não é raro ouvir entre nós, ideias como: "A justiça ficou no poílão de Brá"; "O povo confiou no PRS, mas este desolou"; "O Governo de N'Tchama, nem ano de governação vai ter", etc., etc.. Isto faz de nós - gente mais faladora de mundo - mesmo igno-

rando, as vezes, a razão de ser das coisas. Não é Católico, nem Islâmico! Das ciências, pensamos nós, falam cientistas e não "catchu-calcerons".

## Porquê tanta pressas, se construir não é destruir?

Como guineenses, observamos que a Guiné-Bissau tem problemas enormes que estão a dificultar o seu reaviamiento em todos os sectores: social, económico-financeiro e cultural.

É que a mudança ocorreu em momento não propício: o do derube de um regime político totalitário, intolerante, cego e destrutor, marcado por uma guerra assassina. A esse momento indesejável se acresceu também a intolerância dos homens políticos, que não permitiram a que fosse preparado o terreno para a mudança que vivemos.

Há pessoas que evocam a tese de haver, no Governo, ministros e secretários de Estados menos qualificados para exercerem essas funções. Sem pen-

dermos para o seu enlêvo, nós acreditamos que a situação actual do país e sua governação se devem, entre outros factores, como por exemplo, - a herança catastrófica na administração do Estado.

Quem não sabe que a nossa dívida externa está acima de um bilião de dólares? Porém, se fomos palpando nos espaços, poucos sinais existem que testemunham a vinda e emprego desse montante neste país. Mais, se em 1985 a população guineense era de 886 mil habitantes, já em 1993, esse número passou para 1.036.000 habitantes, quando nosso crescimento, entre 1990-95 era de 2,1 por cento. Recuando-se um pouco atrás, em 1992, o nosso produto nacional bruto era de 214 milhões de dólares US, cabendo a cada guineense arrecadar 210 dólares.

Em termos da produção agrícola, as nossas exportações totalizaram, em 1993, dezoito milhões de dólares, enquanto as nossas necessidades faziam importar 61 milhões. No que toca ao sector de saúde, os dados

de 1990 indicavam um médico por 7.100 pacientes e uma cama hospitalar para 520 doentes. Hoje, com o clima de post-guerra, a situação piorou: homens e mulheres partilham a mesma sala.

E, se formos ver a nossa administração pública, a situação não é das melhores: persistem os salários baixos que estão na origem da vigente era de corrupção, há exuberância do pessoal, há recrutamentos inadequados... Continua a persistir toda uma situação que não se pode delir com um pontapé. É preciso haver medidas alternativas. Ninguém vai dizer ao camponês, "olá, deixe de cortar a mata e procure trabalho algures", sem lhe mostrar esse algures é onde.

Nós estamos de acordo que os salários são baixos e, que, contra isso, o Governo deve fazer o impossível a fim de os fazer nivelar com os praticados no âmbito dos Estados membros da UMOA/UEMOA.

A Guiné-Bissau possui muitas doses para curar os males do presente e prevenir o futuro. Mas vejam os nossos mares!

Quem está neles a pescar? Nem sabemos porque não temos meios de controlo.

Enfim, sem pretendermos ser apologistas do Governo, acreditamos que não é um grupelho de pessoas incapacitadas que estão assumir, agora, a gerência dos bens nacionais. Os vinte e seis anos de poder dos maus dirigentes do Paigc, criaram espinhas que a guerra de sete Junho de 1998 agudizou ainda mais, ao ponto de estarem agora a picar, a picar e sempre a picar. Ora, o destruído em todo esse tempo, não pode ser construído por todo um mandato de quatro ou cinco anos.

Mas, o pior, é que o Governo de Caetano N'Tchama está a operar em mundo de turbilhão, com pessoas que continuam a duvidar entre o voltar ao passado e mudança. E isto só reforçará a mudança, porque assim reza a sua lei natural. Sejamos realistas!

Enfamará Cassamá

## Nô Pintcha

**Director**  
Enfamará Cassamá

**Director-Adjunto**  
Simão Domingos Abina

**Chefe de Redacção**  
Bacar Baldé

**Redactor Principal**  
Carlos Casimiro

**Nacional**  
Domingos Meta Camará,

**Reportagem**  
Adulai Djaló,

**Desporto**  
Porfírio Mendonça

**Fotografia**  
Mário Joaquim Gomes,  
Manuel da Costa e Pedro  
Fernandes

**Secretaria de Redacção**  
Ivete Monteiro, Ângela Reis,

**Edição Electrónica**  
Anselmo Matche, Mário  
Óscar

**Administração**  
Amâncio Tepam-é, Edmundo  
Piedade, N'Gona Mané e  
Ansumane Turé

**Estagiários**  
Mama Saliu, Valentina da  
Silva, Onélia Alves e

## Relatório da OMS

# Guiné-Bissau no 176º lugar do Ranking mundial

**A** final nem tudo é ruim no nosso sistema de saúde como o pintam. A prova disto, é a classificação que alcançamos em termos de "raking mundial" nesta área.

A Guiné-Bissau ocupa o 176º lugar, estando acima de alguns países de PALOP's, como é o caso de Angola e Moçambique que ocupam 181º e 184º respectivamente. Acima de nós estão Cabo-Verde que ocupa 113º e S.Tomé e Príncipe na 133ª posição

Estes dados foram revelados no dia 22 de Junho, numa cerimónia realizada na sala de

conferências da delegação da RTP-África, em Bissau, na presença de alguns membros do Governo, do Corpo diplomático acreditado no país e organismos internacionais.

Na ocasião, o titular da pasta de saúde proferiu um discurso em que falou das políticas adoptadas pelo seu Ministério, no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) para o período 1998/2002, com vista a proporcionar um equilíbrio sócio-económico e bem-estar à população guineense.

Referindo-se à essência da palavra "performance do sis-

tema de saúde", António Bamba definiu-o como todas as actividades, cujo objectivo essencial é promover, restaurar e gerir a saúde, por forma a responder as reais necessidades das nossas populações.

O ministro da saúde garantiu, por outro lado, que o Governo fará tudo para que o sector de saúde constitua verdadeiramente uma prioridade das prioridades, isto é, tornar o sistema de saúde mais eficaz. Isto passa necessariamente pela implementação das quatro linhas estratégicas do PNDS, nomeadamente, melhoramento das qualidades dos cuidados de saúde e acessi-

bilidade, reforço institucional e gestão dos recursos humanos e promoção da saúde e colaboração inter-sectorial.

A finalizar, Bamba reconheceu que o Ministério da Saúde Pública recebeu várias ajudas que não foram muito bem utilizadas em benefício dos guineenses. Prometeu que doravante, todas as ajudas serão co-geridas e em períodos regulares, far-se-á avaliação conjunta. Tudo para que haja transparência na gestão dos recursos postos à sua disposição.

Simão Abina

# Matas de cajú tomam lugar das florestas naturais

**Sete cidadãos Conakry-guineenses, encontram-se detidos pela polícia da ordem pública por envolvimento em exploração ilegal de madeiras no sector de Quebo, sul do país, desde Janeiro último.**

**Esses sete estrangeiros exploram as madeiras nas matas daquele sector e vendem-nas localmente.**

**O facto é do conhecimento do delegado regional da Florestal e Caça. O jornal Nô Pintcha, manteve um encontro com o director dos Serviços Florestais e Caça (SFC) Eng. Seity Cassamá, na perspectiva de saber mais sobre o ocorrido e sobre a exploração madeireira nos diferentes cantos da nossa terra.**

**E**ste ano, as coisas estão a parecer um pouco com o ano de "7 de Junho-98". As chuvas estão a cair a conta gotas, o que não é normal. Sendo assim, como encaras este atraso?

Seity cassamá (SC)- A situação deve-se à duas questões: uma é a sahelização e a outra tem a ver com a problemática da devastação das florestas de forma consequentemente abusiva no país.

Sabe-se que o deserto de Sahara continua a avançar para o sul do continente. A este avanço se acresce também o fenómeno em que falou há pouco ...

SC— Exactamente, se analisarmos muito bem, a partir de Bissau, sul e norte do país, agora não se vêem florestas densas. O que há são apenas grandes cooperativas de cajú; e se as coisas continuarmos assim, não será muito fácil haaver o fenómeno da desertificação, o que, aliás, é neste momento muito notório nas zonas do Gabú (leste).

Neste caso, estando a sua direcção ligada com a floresta e caça, que medidas pensa acionar no sentido de evitar as desmatamentos desordenados?

SC- Bem, uma das nossas políticas prende-se com isso, só que este plano deverá começar no próximo ano ou campanha, o que de certa forma chamamos política de concepção que primeiramente vamos ter que sedentarizar os madeireiros.

Quer dizer, no âmbito da nova filosofia de acção vamos promover outros tipos de madeiras, porque, neste momento, exploramos apenas o pau-sangue, bicilão e o pau-conta.

Outra medida que está a ser accionada é a mobilização das comunidades rurais para assumirem o controlo e gestão das



suas zonas respectivas.

Sabemos que muitas das nossas populações estão dotadas de campos agrícolas, pelo que são obrigadas a abrir clareiras nas matas de forma consequente. Será que a sua direcção já tem alternativas para essas práticas?

SC— Vamos ter esta alternativa, porque neste assunto está centralizado a nossa maior preocupação de momento. E com a recuperação de certas bolanhas e lalas. Aliás, isto já foi alvo de estudo por parte da nossa direcção, e esperamos também receber outro apoio da direcção geral da agricultura, para a obtenção de adubos químicos afim de garantir uma boa colheita - mesmo se se for cultivado em pequena cooperativa - Ainda, vamos promover a utilização dos produtos agrários, que é uma experiência feita na zona leste do país, pelo projecto Agro Silvo Pastoral (PASP).

Sabemos que o camponês guineense está ligado com as matas, nelas retirando lenhas, paus para construção de casas, madeiras, frutas silvestres e inhames, entre outros. É também nas matas que vivem os animais selvagens com que muitas vezes nos nutrimos. Ora, destruindo-as hoje, que fotografia poderá fazer do futuro?

SC- Estamos a pensar na gestão da floresta comunitária, para garantir a fertilidade dos solos, porque, na verdade, as nossas populações vivem do que a floresta lhes fornece, mas não sabem utilizá-la de forma regular. Então vamos estudar uma alternativa ensinando-as a utilizarem as nossas matas e florestas de forma de regular e racional. Porque sabemos que anualmente, 80 mil hectares das nossas florestas e lalas são queimadas. E se este processo continuar, posso garantir-lhe que daqui aos próximos 10 anos ficaremos sem florestas.

Fazendo a retrospectiva dos anos 80, o país tinha uma média de dois milhões de hectares constituídos de florestas densas. Agora, mais da metade já foi destruída. Há pouco tempo, fomos visitar as matas de Cantanhes e encontramos pessoas a cortar aquela maravilhosa floresta, que era vista como sendo das melhores reservas desta costa ocidental africana.

Havendo explorações abusivas e desordenadas das nossas matas e florestas, podia dizer se vai ou não ser criada uma lei que regule a acção do homem nesses meios e preconize também a conservação das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção?

SC- Actualmente estamos a proporcionar uma nova lei para a

exploração das nossas florestas. Isto para melhor responder as exigências actuais.

Quer dizer, consistirá na mobilização e sensibilização de todas as comunidades rurais do país para conservarem a riqueza florestal que a natureza lhes conferiu copmo bem, mas incentivando a exploração e transformação das madeiras. Neste momento, estamos também a inventariar com a ajuda dos parceiros as espécies animais ameaçadas de extinção. Aliás como é sabido, existem pessoas entre nós, que caçam animais para fins comerciais. Contra elas, vamos ter que colaborar com o Ministério da Defesa e da Administração Interna.

Quanto o corte de árvores produtoras de madeira, será que existe alguma lei que regula tudo?

SC-Sim, existe. Mas, só que esta lei terá que ser revitalizada, ou então é um assunto em questão que a nossa direcção está a analisar dia após dia.

Tem ou não importância a criação de postos para guardas florestais nas zonas fronteiriças?

SC- Seria muito bom a criação de postos para guardas florestais em cada saída ou cantinho do nosso país, mas o mais importante é saber ser patriotas e cada vez mais guineenses; saber que o país é nosso, pelo bem ou mal, e que não podemos viver sem a flora e sua fauna.

Que leitura faz da qualidade das nossas madeiras e animais selvagens, que agora são difíceis de serem vistos?

SC-Temos grandes qualidades de madeiras. Só que, nem todas são conhecidas no mercado mundial. As poucas e mais conhecidas são, pau-conta, pau-sangue e o bicilão. Portanto, os nossos em-



Director dos Serviços Florestais e Caça (SFC) Eng. Seity Cassamá,

presários devem lutar para a promoção das outras raças que têm também muita qualidade, mas que restam ainda menos conhecidas no exterior.

A falar dos animais, é difícil. Porque são ameaçadas diariamente por caçadores. E, pelo facto de haver também muita desmatagem, os animais encontram raros sítios para se esconderem.

Há pouco tempo, foi observado, em Quebo, um agente vosso que passa licenças, com validades que se circunscrevem sòmente a àquela localidade.

Acha que é legal essa prática ?

SC- Talvez seja devido à política de descentralização, mas não está previsto que alguém pague quaisquer impostos sem que lhe seja passado um recibo. Porque o dinheiro que é dado nestas circunstâncias deve ser canalizado directamente para o tesouro público.

Como controlam os vossos agentes?

SC - Controlamo-los através dos nossos delegados regionais e das inspecções feitas pelas Finanças.

Será que esses guardas florestais são bem pagos?

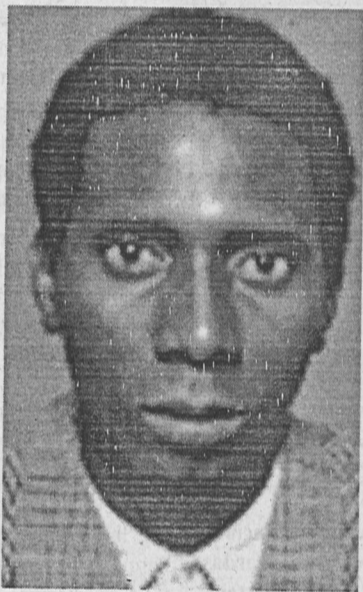
SC - Para responder exactamente a sua pergunta, referente aos vencimentos, diria que um guarda florestal é pago como qualquer funcionário público.

Mama Saliu Sané

# A reforma dos sistemas legais nos países em desenvolvimento e transição

*Os sistemas legais inadequados e fracos podem comprometer as tarefas de desenvolvimento nas economias modernas e de mercados.*

**Não necessito de qualquer apresentação, muito menos de recordar antecedentes na defesa das nossas CRIANÇAS mais desfavorecidas, pelo que me sinto no direito e obrigação de vir publicamente alertar a quem de direito para mais uma situação de crime público generalizado contra às crianças, aliás extensivo a população menos esclarecida.**



**A** Guiné-Bissau, como muitos outros países pobres ou/e em transição, tem tido enormes dificuldades em fazer acompanhar o rápido desenvolvimento das actividades económicas e o crescimento dos mercados, com os sistemas legais adequados e coerentes que estimulam, promovem e facilitam a economia e os mercados.

Para ilustrar este cenário, basta analisar as grandes turbulências que se vive na comercialização da castanha de cajú, actividade económica estratégica do país, em que o Governo, na miha opinião, não conseguiu acertar, ao tentar legislar sobre o sector. Aliás, o decreto lei

concebido pelo Governo foi incoerente, inadequada, inoportuna. Por isso, foi alvo de fortes contestações, levando o Governo a recuar em alguns aspectos.

Assim, gostaria de fazer referência sobre qual a relação entre as reformas legais e as reformas económicas e quais as medidas específicas que os países, como o nosso, podem tomar para estimular as reformas legais.

Nos países em que os sistemas legais formais são fracos, como é o caso da Guiné-Bissau, as leis por vezes existem no papel e não são conhecidas e nem respeitadas pelo público, nem o Estado se empenha em fazer cumprí-las. O crime do calarinho Branco e o crime violento podem preponderar. A corrupção nas transações dos cidadãos com o Governo é difusa. As instituições jurídicas são lentas ou imprevisíveis e parecem ausentes do mundo real. O resultado pode ser uma enorme discrepância entre o que está formalmente escrito na lei e o que acontece na vida prática.

As razões para estas fraquezas são complexas. Não se pode separar os processos legais dos cenários históricos, políticos, culturais e económicos mais abrangentes em que eles funcionam. O Direito Consuetudinário e os sistemas legais informais deverão assumir um papel relevante, por isso deve ser considerado.

Os processos inadequados e a corrupção difundidas nos países pobres advêm da sua fraca e má organização administrativas, etc... mas mesmo assim, as autoridades governamentais competentes não devem ser complacentes, porque a melhoria do funcionamento das instituições legais é um componente essencial do desenvolvimento económico.

Portanto, a reforma legal não deve ser entendida somente na sua função de estabelecer padrões legais, implementar e fazer cumprir esses padrões, resolver disputas e limitar o poder do Estado frente ao sector privado, mas tam-

bém deve-se considerar os sistemas legais informais que operam apenas na margem, deixando que os padrões da sociedade em sua maioria internalizadas e "auto cumpridas" pela própria sociedade.

Assim, na ausência de sistemas legais, os agentes económicos muitas vezes recorrem aos sistemas legais informais nas transações económicas.

Por exemplo, na ausência de garantias legais formais, os comerciantes mauritanianos interagem mais com os seus conterrâneos do que os guineenses; os comerciantes fulas ou/e libaneses procuram negociar sobretudo com os parceiros comerciais que lhes são familiares, com base na confiança ou mecanismos informais que são aceites no mercado.

També, na falta de sistemas legais formais de garantia, os estrangeiros hesitam em negociar com os nacionais, ou quando o fazem exigem pagamentos adiantados, além de recusarem contratos complexos e de longo prazo.

Apesar da importância desses sistemas informais e costumeiros, os sistemas formais são mais eficazes e seguros, já que são concebidos pelo Parlamento e o seu cumprimento pode ser atribuído a polícia e judiciária ou agências especializadas. E, as disputas são resolvidas por tribunais ou arbitragens privadas.

Por tudo quanto foi dito, deve-se ainda fazer a referência aos requisitos das reformas legais, isto é, saber como poderão os países pobres reformar tanto o teor quanto a forma dos seus sistemas legais e caminhar para a prevalência do direito. Para o efeito, temos três ingredientes essenciais ao bom funcionamento do sistema legal na economia do mercado:

1º - A oferta de leis favoráveis ao mercado- significa a adopção de um conjunto de leis escritas que determinam claramente os direitos e as responsabilidades dos indivíduos e incorporem políticas económicas favoráveis ao merca-

do. Se houver falhas nesse primeiro passo, pode gerar custos sistémicos que vão além das consequências directas dos erros incluídos nas leis individuais.

Quando se aprovam leis que incorporam incoerências, incertezas ou defeitos económicos importantes, o resultado costuma ser aumento da desconfiança para com o legislador, foi o que aconteceu com a nova lei de comercialização da castanha de cajú.

2º - É o estabelecimento de um amplo conjunto de instituições de apoio, porque leis bem elaborados podem permanecer sem efeito se lhes faltar o apoio institucional, como juízes, promotores e árbitros. Para a supremacia do direito prevalecer, eles deverão ser honestos, competentes e autónomos em relação ao Estado.

Finalmente, o 3º elemento rumo ao desenvolvimento de um sistema legal é a demanda de criação de um conjunto de incentivos que visa aos participantes individuais do mercado, estimulando-os a tirar vantagens plenas tanto dos seus direitos legais quanto das informações e da capacidade de fazer cumprir as leis oferidas pelas instituições de apoio.

Finalizando, conclui-se que a adopção de sistemas legais que estimulam, facilitam e promovem a economia de mercado, incentiva a liberalização, a estabilização e encoraja as privatizações que constitui a condição "sine qua non" para o desenvolvimento económico de qualquer país.

Assim sendo, vale a pena encaminhar por esta via, que encoraja, estimula, facilita e promove a actividade comercial e dos mercados, que desencoraja a confusão, a corrupção, o proteccionismo selvagem, a concorrência desleal e privatizações turbulentas.

Gassimo Djaló (estudante Direito)

# Reunião dos MNE da CEDEAO pede regresso dos militares às casernas

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades regressou no passado dia 4 do corrente ao país, após uma missão que o conduziu a Abuja e Tripoli.

Na capital económica da Nigéria, 1ª etapa da sua missão, Iaia Djaló participou numa reunião ordinária dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEDEAO, realizado dia 27 de Maio, tendo no dia seguinte representado o Presidente Kumba Yala, na Cimeira dos chefes de Estado desta Comunidade Sub-Regional que esse ano coincidiu com a comemoração do seu 25º Aniversário.



Ministro dos Negócios Estrangeiros, Iaia Djaló na sessão do Conselho dos Ministros da CEDEAO

Paz e segurança na Sub-Região foram questões que dominaram estes dois encontros. No relatório do Secretariado Executivo da CEDEAO apresentado na Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros foram expressas estas preocupações, com os debates a incidirem sobre a Serra Leoa, onde as armas voltaram a falar alto depois de ter sido publicado um Acordo de Paz em Lomé. Depois as atenções contraram-se na Guiné-Bissau. Segundo o Relatório de Secretariado Executivo, tem havido problemas de coabitação entre o poder legalmente constituído e a extinta Junta Militar. A Plenária, depois de ter ouvido explicações do Mi-

nistro guineense dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto, recomendou o regresso dos militares aos quartéis a fim de que as Instituições resultantes da expressão popular possam funcionar em pleno. Um outro aspecto que mereceu esclarecimento do Ministro Iaia Djaló é a crise no Casamence. Falou a propósito dos esforços das novas Autoridades da Guiné-Bissau no restabelecimento da paz, nesta Região, tendo por outro lado sublinhado a vontade do Governo guineense em estreita laços de amizade e cooperação com o Senegal à luz da política da boa vizinhança traçada pelo Presidente Kumba Yala.

Referindo-se ainda a esta reunião Ministerial da CEDEAO

fez recomendações importantes que visam a aceleração do processo de integração e a consolidação da paz.

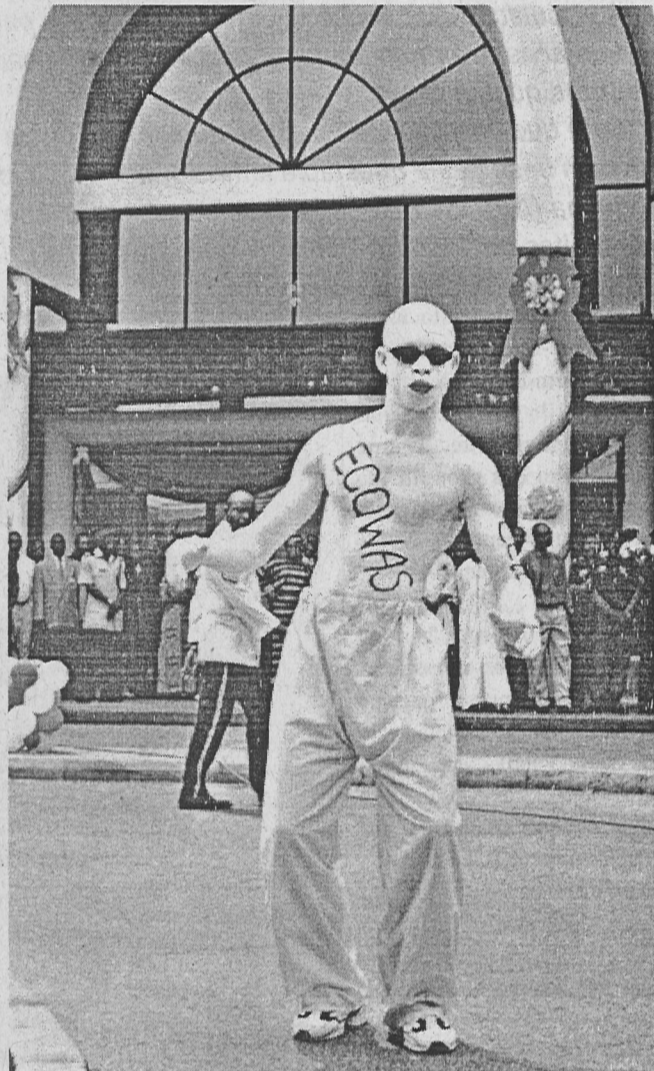
Neste particular os Ministérios dos Negócios Estrangeiros da CEDEAO defenderam a adopção urgente dos mecanismos que possam instituir um Conselho de anciões numa iniciativa que visa a prevenção, gestão e resolução dos conflitos. No caso da Guiné-Bissau, já foram apresentados ao Secretário Executivo os cinco candidatos às vagas deste Conselho, supondo trataram-se de figura de peso nas esferas militar, política e religiosa.

Tráfico de crianças e armamento, e a candidatura do Mali ao posto de Secretário Geral da União Parlamentar Africana foram outras questões debatidas nesta Reunião Ordinária dos Negócios Estrangeiros da CEDEAO. Recomendação pontuais foram feitas neste quadro para o futuro da Comunidade.

A segunda etapa da missão do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades foi marcada pela sua presença na Reunião sobre a adopção de um documento sobre a Instituição da União Económica Africana e o Parlamento Panafricano.

Mais de 50 Ministros dos Negócios Estrangeiros de países africanos e respectivas delegações participaram nesse encontro que teve lugar em Tripoli de 31 de Maio a 2 de Junho.

lançada pelo Presidente Líbio, Muamar El Kadhafi, a ideia de uma União Africana foi suscrita por mais de 40 Chefes de Estados Africanos, numa Cimeira Extraordinária realizada em Syrtes, Líbia. Sem menosprezo pelo papel da OUA, esta nova tem outra abrangência, devendo permitir a África de se adaptar as medanças sociais, políticas e económicas que ocor-



Eloquência das Manifestações alusivas ao 25º aniversário da CEDEAO

rem no Mundo.

No final dos trabalhos de Tripoli, marcados por longas horas de discussões sobre o enquadramento técnico-jurídico de uma lei constitutiva da União Africana, foi adoptado um documento que será submetido a próxima Cimeira da OUA, a realizar em Julho em Lomé.

De notar que a margem da sua participação nestas duas reuniões, Iaia Djaló, manteve encontros com algumas personalidades, entre eles o Secretário-Geral da OUA, os presidentes da Nigéria, Libéria e Serra Leoa, assim como alguns dos seus homólogos.

Com Salim Ahmed Salim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, abordou a situação sócio-política na Guiné-Bissau e do novo conceito da diplomacia guineense na perspectiva de uma participação assídua nas reuniões africanas.

Quanto aos outros encontros, o MNEC, discutiu com os seus interlocutores as possibilidades de cooperação, não deixando de pedir alguns apoios na consolidação da paz na Guiné-Bissau, assim como na reconstrução e no relançamento económico do país.

Por decisão do MEF

# Há falta de peixe no mercado nacional

*O mar guineense tem uma capacidade de produção anual de cinco mil toneladas de camarões e cem mil toneladas de peixe. Apesar desta grande capacidade produtiva, ainda não foi possível garantir um abastecimento regular do mercado em pescado. Está sabido que o consumo mensal do país em produtos do mar é de 430 mil toneladas.*

*A população guineense enfrenta uma situação muito séria, devido a falta do pescado no mercado interno, e por ser também aquela que é obrigada a pagar muito caro pelos produtos do mar. Uma situação que não é visível nos outros países da sub-região africana.*

*Além disso, diariamente, registam-se vários roubos indiscutíveis na nossa zona exclusiva marítima, devido a falta de fiscalização efectiva.*

*A população guineense sabe de facto, que o país é um dos possuidores de melhores qualidades de espécies haliéuticos, mas só tem acesso às qualidades rejeitadas nos mercados externos. Quer dizer, os guineenses são condenados a consumir peixes de menores qualidades.*

*Será que não há razão para se questionar, se de facto, existem motivos justificativos e convincentes, e para quando a solução? Foi com base nesta questão e tantas outras que o jornal Nô Pintcha se entrevistou com o secretário de Estado das pescas, Augusto Poquena (AP). Ele não se hesitou em explicar que é a decisão do Ministério da Economia e Finanças (MEF) - em concentrar todas as receitas no Tesouro Público - que constitui a principal causa da falta do pescado no mercado interno.*

**N**este momento assiste-se não apenas a um elevado custo do kilo de peixe, mas igualmente, a uma pesante falta dos produtos do mar no mercado nacional. O que está na origem disso?

Augusto Poquena (AP)-

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o vosso/nosso jornal, pela oportunidade que me deu para explicar sucintamente esta questão importante, que a nossa população consumidora certamente quer saber. Diria que a única empresa estatal de pesca que existe no país é o PPSI, com apenas dois navios. Desde o GUN até hoje, está com dificuldades por decisão de MEF em concentrar as receitas no Tesouro Público, o que não é compatível com a função desta empresa. Porque as finanças recolhem todas as receitas e tem dificuldades em reverter a percentagem a que a empresa tem direito. Este facto leva a demora do regresso dos navios para a pesca, porque os mesmos têm que ser abastecidos e os marinheiros têm que receber alguma coisa para poderem deixar suas famílias com algo, antes de voltarem ao mar, além de outras despesas.

Mas, como as finanças têm dificuldades de retribuir a empresa a percentagem a que tem direito sobre a receita arrecadada, então a empresa tem problemas de dinheiro para abastecer os navios, o que leva a essa demora para regresarem ao mar.



Secretário de Estado das Pescas, Augusto Poquena

O que ocasionou a presente ruptura do pescado no mercado nacional. Em 1998, o Governo decidiu apoiar a classe empresarial. Para tal, emitiu um comunicado em que anunciava a decisão. Isto permitira aos empresários de terem a possibilidade de afretar navios para a descarga do pescado no país.

Mas, o que aconteceu, ulti-

mamente, é que a Secretaria de Estado das Pescas tem vindo a enfrentar dificuldades neste sentido, porque os empresários privados não têm vindo a cumprir com as suas obrigações em descarregar o pescado como contrapartida de algumas percentagens que lhes foram suprimidos quanto ao pagamento das licenças.

A Secretaria de Estado das Pescas já emitiu uma circular em que chama para a atenção dos empresários sobre a necessidade de descarregarem o pescado segundo havia sido acordado com o Governo.

Por isso, a partir deste mês, quem não cumprir com a sua obrigação, a Secretaria de Estado das Pescas irá cancelar a sua licença. Contudo, estamos esperançados que eles cumprirão a ordem, e, se tudo correr bem, vai ser possível colmatar a lacuna existente.

Neste momento, cada navio abastece mensalmente o nosso mercado com 50 toneladas de pescado, o que não é suficiente para as necessidades dos consumidores.

**Acha que é certo e normal que o país esteja a deparar com falta do pescado no mercado? Tem algum plano para sanear esta situação?**

AP- Gostaria de dizer que o conselho directivo da Secretaria de Estado das Pescas reuniu-se recentemente para traçar o plano do abastecimento dos mercados em pescados. Só que, não o quero ainda revelar, senão quando estivermos a altura de o executar.

**Para quando a reactivação dos processos de abastecimento dos mercados regionais em pescado, como se fazia dantes?**

AP- Esta preocupação está

consagrada no Programa do Governo. Portanto, faz parte da política deste Governo. Saiba que, qualquer política deve obedecer um programa e este deve por seu turno obedecer as metas traçadas. Tudo isso depende de condições materiais e financeiras.

Neste momento, há crise financeira em todas as instituições do Governo. Assim que fôr ultrapassada, poderemos reactivar a acção de que referiu de acordo com o traçado no plano do conselho directivo da Secretaria de Estado das Pescas. Nesse sentido, estamos a colaborar com a Câmara Municipal de Bissau e o Ministério da Administração Interna para abastecer os mercados regionais. Quando me refiro às condições materiais, quero falar-lhe de camiões exotérmicos, entre outros.

**Quantas toneladas de peixe precisa para o consumo nacional em cada mês?**

AP- Para o consumo mensal, a Secretária de Estado segundo os cálculos feitos, se tomarmos em consideração que o número de habitantes de Bissau é de 400 mil e cada indivíduo precisa de 5 quilogramas de peixe por mês, os militares nos quartés precisam de 150 toneladas mensais, os hospitais 50 toneladas, chegamos a conclusão de que, somando isto com o número da população do interior, estima-se que para o consumo, o país pre-

cisa de 430 toneladas menais.

**Fala-se de pirataria indisciplinável no nosso mar. Para quando a fiscalização efectiva da nossa zona marítima exclusiva?**

AP- Devo dizer que esta é uma das outras preocupações deste Executivo que consta do Programa do Governo. Mas para que esta questão seja resolvida, naturalmente, a Secretaria de Estado das Pescas precisa de meios para poder implementar medidas eficazes de fiscalização marítima efectiva. Brevemente faremos estudos nos países da sub-região para nos enriquecermos das suas experiências neste sub-sector. Já pedimos apoio destes países para podermos fazer uma fiscalização efectiva do nosso mar.

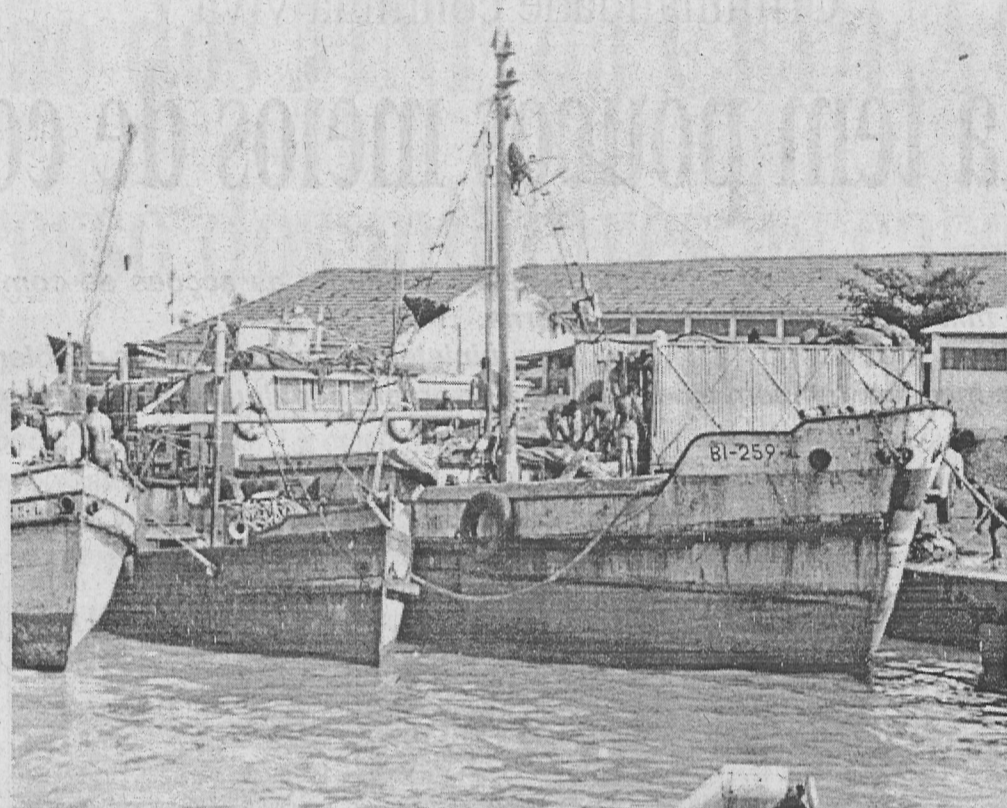
Esteve no país uma missão de avaliação que procedeu ao levantamento das necessidades, em termos da fiscalização na sub-região. Esperamos podermos encontrar com todos os países para a busca de um plano de fiscalização. Porque é um fenómeno prejudicial não só para a Guiné-Bissau, como também para os países que fazem parte da sub-região.

**Qual é a capacidade de produção anual do pescado nas nossas águas territoriais?**

AP- Há estudos feitos, mas só serão divulgados muito brevemente. Contudo, devo-lhe dizer que, de acordo com estudos anteriores, a produção anual do pescado no nosso mar é de 5 mil toneladas de camarões e 100 mil outras de peixe. Esses dados precisam de ser actualizados, por isso está-se a proceder a novos estudos para dispormos de dados mais actuais.

**Antes existiam empresas de abastecimento em pescados, nomeadamente a Sema-Pesca, Guialp e Pescarte. O que esteve na origem da sua paralização e para quando as suas reactivações? Existem ou não pessoas interessadas em investir nesta área?**

AP- Sobre esta questão, eu devo-lhe dizer que foi uma política precipitada dos sucessivos Governos do PAIGC em privatizar as empresas, sobretudo a SEMA-PESCA. Não havia a necessidade para isso. Até posso dizer que não foram privatizações muito bem feitas.



Cais de Pindjiguiti (foto arquivo)

Portanto, nós entendemos que vamos fazer um trabalho de fundo, para a avaliação do estado das referidas empresas. Aliás, antes da confirmação, já tinhamos criado uma comissão que envolve o Ministério da Economia e Finanças e da Secretaria de Estado das Pescas, para realizarem este estudo. O trabalho ainda não está concluído. No fim, saberemos exactamente qual foi o custo de cada uma dessas empresas. Só depois estaremos em condição de apresentar propostas às instituições interessadas na sua exploração.

Há muitos interessados que nos solicitaram. Até recebemos recentemente várias instituições

estrangeiras como é caso do Euro-Pesca, uma empresa pesqueira portuguesa e Silva Vieira LTD, entre outras.

Mas já disse, só quando fôr concluído o estudo de avaliação de que lhe falei acima, é que apresentaremos propostas aos interessados.

**Será que alguma vez pensou na existência de uma frota pesqueira nacional?**

AP- Tudo isso faz parte das preocupações do Governo no seu ponto número um do Programa de governação, no sector pesqueiro. Mas é difícil determinar o prazo para a existência de

uma frota pesqueira nacional, que não vai servir só de pesca como também de fiscalização da nossa zona.

**É sabido que o senhor foi acusado de ter instigado o pessoal da Marinha de Guerra nacional a subtraírem um camião de peixe, no dia 25 de Agosto de 1991, altura em que era responsável da descarga na empresa SEMA-PESCA.**

Quer pronunciar-se sobre este assunto que atenta contra a sua imagem e honra?

AP- Quando foi publicado esta notícia no Diário de Bissau do dia 23 de Maio de 2000, eu

no dia seguinte, isto é, na edição seguinte, aproveitei o espaço de direito de resposta para falar, detalhadamente, de todas as dúvidas que isso suscita.

Portanto, não quero alongar-me mais neste assunto, visto que no dia 25 de Maio movi uma queixa crime por difamação na Procuradoria Geral da República. Estou a espera que o autor do texto venha apresentar as provas de que dispõe. Este é um assunto que cabe, agora, ao Ministério Público, por isso não vou adiantar mais por atentar contra a minha imagem. Só posso-lhe dizer que tenho todos os documentos comprovativos que não roubei.

**É que seu acusador vai mais longe ao ponto de afirmar que o senhor fez recurso à procedimentos discriminatórios, no que toca a nomeação de certos responsáveis do seu pelouro, concretamente do PP-SI. Quer comentar?**

AP- Olha, como já te disse, todas estas acusações constituíram motivo da minha queixa à PGR. Como as coisas estão já sob alçada do Ministério Público, quero deixar isto, para o próprio MP investigar e apurar as veridades dos factos, porque é a instituição competente para proceder a investigação de casos desta natureza.

**Agora, só esta. Tem alguma notícia agradável para o povo guineense?**

AP- Como sabes, vou viajar neste domingo para a Europa e China, onde vou avistar-me com os parceiros da cooperação com a Guiné-Bissau no domínio pesqueiro. Vou com eles tentar desenvolver novos horizontes de cooperação. Tenho a certeza que uma supressa agradável acontecerá com os guineenses. Mas, não gosto de antecipar os factos, primeiro, a acção e, depois, o resultado.

Contudo, não é demais dizer que nesta viagem esperamos conseguir da União Europeia que é um dos principais parceiros da Guiné-Bissau no domínio das pescas, uma verba de 8 milhões e meio de Euros. É um montante a ser pago à Guiné-Bissau, correspondente ao terceiro ano do protocolo de acordo entre o Governo guineense e a União Europeia.

Djuldé Djaló



Pescadores durante a faina (foto arquivo)

Criminalidade continua viva

# A polícia tem poucos meios de combate

**A insuficiência de meios financeiros e logísticos está a dificultar as acções de combate à criminalidade, apurou a ANG junto do ministro da administração interna.**

**Em entrevista exclusiva, Artur Sanhá disse que o seu ministério não tem apenas problemas de falta de meios financeiros e logísticos, mas tem também a necessidade de preencher algumas lacunas em termos de recursos humanos.**

Neste momento, disse ele, a grande prioridade é garantir a segurança para todos os cidadãos nacionais e estrangeiros que vivem cá. Para tal, revelou que existe, em Bissau, um sistema de patrulhamento "reforçado" em que polícias e militares tomam parte. Isto devido ao facto de o efectivo de polícia da Ordem Pública não ser suficiente para manter a segurança em toda as arterias da capital. O presente processo de patrulhamento em conjunto, foi obtido na base de um acordo de compreensão mútua existente entre a sua instituição e as chefias das forças armadas.

Questionado sobre as causas da onda de criminalidade em Bissau e um pouco por todas as maiores concentrações populacionais do país, o Ministro de



Artur Sanhá, Ministro da Administração Interna

Administração Interna foi peremptório em dizer que as mesmas são de várias ordens, a saber, a desobediência por parte de indivíduos que escolheram a prática do crime como meio para sobreviverem, e há também os preguiçosos mas desejosos de levar uma vida boa.

"Já temos em vista uma solução melhor no combate à prática do crime, explicou Artur Sanhá, mas, acrescentou, faltam apenas alguns suportes para a sua implementação".

Segundo o Ministro, o Governo está empenhado na concretização deste sonho. Se

conseguirmos fazer voltar o clima de segurança e estabilidade social, pensamos que os nossos parceiros e outros doadores de fundos farão vir os meios que prometeram.

"Eu digo há estabilidade no país, embora haver tendências para provocações e simulações de várias naturzas, quer por parte dos sindicatos, quer por parte do exterior. Será que vocês estão sossegados", frisou ele.

O nosso interlocutor reconheceu a ideia que não existe a segurança nas prisões. Os magros salários dos guardas prisionais e a falta de emprego para os jovens estarão na origem, em parte, do aumento da criminalidade na Guiné-Bissau.

No que concerne ao afluxo de estrangeiros ao país, Artur Sanhá sublinhou que os mesmos são livres, e podem movimentar-se como querem, desde que não

sejam cadastrados. Porém, se agirem doutramaeira, temos leis que permitem respostas imediatas.

Se existe ou não colaboração íntima entre a polícia e alguns cimosos, Sanhá disse que desde que está a chefiar esse Ministério não teve conhecimento de nenhum caso em que um agente colaborou com os bandidos. "Pode haver casos desses, mas ainda não tenho provas", pensou.

Interrogado sobre o caso de Siuna Poga, aluno do quarto ano da Faculdade de direito de Bissau, o qual faz serviços nas ruas da capital quando podia ser aproveitado para outros fins, o ministro confessou não ter conhecimentos disto. "Mas, se por acaso for verdade, terá que haver uma solução", garantiu a concluir.

ANG

## Novo ano agrícola pode estar comprometido

*Afirma director do GAPLA*

**O novo ano agrícola poderá estar comprometida, devido o atraso verificado na apresentação do programa do Governo e o Orçamento Geral do Estado, defendeu Carlos Mateus Tavares de Amarante (Nuno) numa entrevista exclusiva ao Semanário Jornal Nô Pintcha.**

Segundo ele, o sector agrícola é um dos mais importantes na vida económica do país, por isso o Governo deve sensibilizar os seus parceiros de desenvolvimento por forma a investirem neste sector.

Há poucos anos, o sector agrícola do país foi dos menos favorecidos no âmbito do Orçamento Geral do Estado, sendo-lhe reservado apenas 3 por cento, coisa essa que nem chegava para o pagamento dos salários do seu pessoal e nem tão dava para qualquer investimento no sector.

De acordo com o director do

GAPLA, no período que evai de 1993 a 1994, este sector contava com mais de 38 projectos de desenvolvimento. Agora só restam três, devido a fraca percentagem que o Orçamento geral do estado copnsagra ao Ministério, enquanto as suas reais necessidades orçamentais atingem dois milhões de dólares US anualmente. Ainda, os três projectos que restam vivas, funcionam sem o mínimo apoio do exterior, enquanto os seus contratos terminam em no ano que vem.

Explicou que todos os anos é o papel fundamental do Ministério de Agricultura enquadrar e apoiar todos os camponeses. Mas, devido o violento conflito político que

assolou o país por muitos meses, tornou-se impossível aos camponeses e agricultores receberem. A este propósito, falou num projecto chamado KR2, que tem a vocação de fornecer materiais agrícolas, adubos químicos e pesticidas. Mas, durante a guerra, o mesmo foi forçado a suspender as suas actividades.

Apesar desta situação, continuou Carlos Mateus, o Ministério não cruzou braços. Pelo contrário, renegociou vários contratos, em particular com KR2, e com os japoneses. Estes concordaram e permitiram continuar apoiar, mas, só no ano 2001-2002. Significa que este ano, nossos camponeses não terão grandes apoios.

Por essa razão, apelou e solicitou os nossos parceiros de desenvolvimento, a saber, o Fao, a Asdi-Suécia que têm dado apoios aos agricultores para que intervenham.

Neste momento, conseguimos fazer a distribuição de algumas sementes, como as de arroz, milho, milho basil e sementes hortícolas. Distribuimos igualmente os meios de produção manuais, tais que, baldes, regadores e outros materiais, sublinhou ele.

Aquele técnico do sector agrícola e director do Gabinete de planeamento e seguimento das políticas e programas agrícolas (GAPLA) disse que no próximo

ano agrícola, o seu serviço terá apenas 120 toneladas de arroz a distribuir por camponeses. Essa quantidade de arroz é uma produção conseguida no quadro do apoio por parte dos centros da multiplicação de sementes de Cabuxanque, Contuboe e Carantaba.

A terminar, explicou que a União Europeia prometeu doar 150 mil Ecus como apoio ao sector agrícola. Esse montante será destinado essencialmente à compra de arroz e outros cereais a distribuir aos camponeses e agricultores.

Rui Gomes



# Mosca que causa cegueira está solta

O programa de luta pela erradicação da malvada mosca que provoca a cegueira nas populações de duas regiões da Guiné-Bissau nas margens do rio Geba e Corubal está paralizado. Uma das explicações dadas como estando na origem da paralização, tem a ver com a danificação, durante a guerra, das quatro viaturas que os técnicos do sector utilizavam nas suas deslocações para as regiões de Bafatá e Gabú.

Em contacto com o Nô Pintcha, o director do Programa de Luta Contra a Oncocercose (PLCO), disse que neste momento, se está a precisar de seis viaturas para permitir que os técnicos do projecto possam efectuar uma nova avaliação sobre as proporções que o mal atinge agora nessas duas regiões de Leste.

Segundo António Tamba Nhaguê, a endemia de cegueira provocada pela oncocercose foi identificada em 1974 junto às populações que habitam as margens dos rios Geba e Corubal. Isto por serem zonas húmidas com características que oferecem condições para o desenvolvimento da doença.

A justificar as necessidades

de uma nova avaliação, Tamba Nhaguê resumiu, citamos: "Esta avaliação, se se efectuar, poderá trazer resultados concernentes aos três anos de paralização do Programa".

Revelou a existência de um estudo feito em 1974, que afasta a hipótese de um indivíduo ser cego por causa da doença de oncocercose à nível dos países onde reside a endemia, nomeadamente, Senegal, Guiné-Conacri, Costa de Marfim, Serra Leoa, Gana, Benin, Niger, Mali, Burkina-Faso e Guiné-Bissau.

"O estudo tinha confirmado que a existência desta doença nestes países", lembrou.

O responsável pelo programa de erradicação da Oncocercose nessas duas regiões do leste do país, disse que esta doença tem características próprias, e

indicou que têm áreas geográficas de preferência ou seja, a "simulium" que é uma pequena mosca que se desenvolve em zonas onde água corre numa certa direcção com velocidade.

Em 1990 foram recenseados, em 15 tabancas, na bacia do rio Corubal, cerca de 1.422 pessoas. do enorme grupo populacional foram encontrados 518 doentes de cegueira causada pela oncocercose.

Segundo Tamba, no quadro do seguimento do programa, efectuou-se em 1991, outra avaliação sobre um conjunto de onze aldeias, onde foram examinadas 1.669 pessoas de um grupo de 2.108 indivíduos recenseados. Após os exames, foram registados 287 doentes, enquanto o quadro parasitário oscilava entre 30 e 190 biopsia

cutânea.

Ainda, em 1997, a equipa técnica do PLCO efectuou avaliação na bacia do rio Geba, onde recenseou cerca de 1.677 indivíduos em 15 aldeias. Após os exames em 1.171 pessoas, foram encontrados apenas 19 infectadas. Pelo que referiu, portanto, que até finais de desse ano a tendência tinha baixado.

Segundo a sua explicação, a baixa dos resultados terá devido ao tratamento intensivo que a equipa técnica do PLCO efectuou, distribuindo gratuitamente o medicamento chamado Svermectine, apesar de um só comprimido de 6 miligramas custar 3 dólares. Esse tratamento era feito uma vez por ano para as populações da bacia do rio Corubal, enquanto as da zona do rio Geba recebiam-no duas

vezes também por ano até 1997.

Fez questão de lembrar que os técnicos devem permanecer nas comunidades durante 24 horas para saberem dos efeitos secundários que o medicamento provoca nas pessoas.

"Se as pequenas parasitas que injectam a oncocercose atingirem mais de 5 microfilárias poderão constituir perigo para a pessoa infectada", esclareceu.

No quadro das perspectivas, o director do programa concluiu que logo que tiverem meios, irão empreender acções de formação e de sensibilização a nível das comunidades por forma a garantir controlo efectivo e dinâmico sobre a endemia.

Aruna Jamanca

## Refugiados mauritanianos voltam ao Senegal

Cerca de duzentos cidadãos mauritanianos que se tinham refugiado na Guiné-Bissau, na região leste do país, aquando da crise política entre o Senegal e a Mauritânia, já voltaram para o Senegal, revelou o director-geral dos serviços de Migração e Fronteiras.

Sambe Na Wana disse à ANG, que logo que os refugiados começaram a instalar-se nas regiões de Bafatá e Gabú, o Governo, através da direcção da emigração e fronteiras, enviou uma missão para o local afim de se inteirar do facto e proceder ao

levantamento de dados sobre a situação.

O Governo estava a preparar as formas de acolhimento desses, mas foi feliz o facto de os governos de Nuakhot e de Dacar terem sabido ultrapassar a crise, que culminou com a abertura da fronteira por parte das

autoridades senegalesas para o regresso dos mauritanianos, explicou Sambe Na Wana.

Sublinhou a este propósito, que a questão dos refugiados irá merecer uma atenção especial do Governo. Em gesto disso, a sua direcção em colaboração com o Alto Comissariado da

Onu para os refugiados, ACNUR, está enpenhada na criação de uma comissão nacional para os refugiados. A mesma terá a participação da Liga Guineense dos Direitos Humanos e as Ongs que operam nesse sector.

Quanto as frequentes falsificações dos passaportes da Gui-

né-Bissau, o responsável da direcção geral dos serviços de estrangeiros e fronteiras disse que brevemente, será criado um banco de dados para o controlo mais eficaz dos nossos passaportes.

## Proteger refugiados é o papel exclusiva do ACNUR

A representação do alto comissariado das Nações Unidas para refugiados na Guiné-Bissau (ACNUR) não tem responsabilidade de garantir a assistência médica alimentar, alojamento e outras necessidades aos deslocados estrangeiros no país, afirmou Jerome Maguet.

O comissário do ACNUR, Jerome Maguet, que falava em entrevista exclusiva à ANG, disse que a missão da sua instituição no país resume-se apenas ao acolhimento e garantir a protecção a todos os refugiados que obtaram a Guiné-Bissau como país de refúgio. Este processo é feito, primeiro, através de inscrição para saber o número exacto dos deslocados e depois habilitando-lhes com peças de identificação, documento que lhes permita circular livremente dentro do país.

Segundo este responsável, a Guiné-Conacri e Costa do Marfim são países da África Ocidental onde os refugiados, quando chegarem, podem beneficiar de todos os apoios inclusive alojamento e alimentação.

Maguet lembrou que, no ano passado, a Guiné-Bissau recebeu 160 refugiados serraleoneses e liberianos provenientes da Guiné Conacri, acrescentando que como a representação de ACNUR no país não está vocacionado a prestar apoio necessários aos deslocados de guerra dos países que a Guiné-Bissau não faz fronteira, então resolveu enviá-los para a missão católica de Cumura mediante um acordo firmado com os padres locais.

"Importa realçar que o ACNUR costuma prestar a assistência médica e medicamentosa aos refugiados residentes no país, embora não é a nossa obrigação, de um lado e devido a fraquesa do nosso orçamento, por outro", sublinhou Jerome Maguet.

Para finalizar, o representante do ACNUR anunciou que 20 de Junho comemorou-se em todo planeta, como dia mundial dos deslocados. Mas a data não foi assinalado no país, porque o seu organismo estava enpenhado no repatriamento dos refugiados guineenses que haviam refugiados na vizinha Guiné Conacri.

## Função Pública

# Governo dá mais Cfa, trabalho retoma

O recém-nomeado Governo guineense aceitou, enfim, abrir a mão, para doar um subsídio de 14.500 francos Cfa aos trabalhadores da Função Pública.

Este subsídio vem expresso no acordo rubricado entre o Governo e os sindicatos, em 21 do corrente mês, após uma ronda negocial de dois dias. Tudo porque os trabalhadores da Função Pública, movidos pela central sindical UNTG e a Confederação dos Sindicatos Independentes (CSI), haviam decidido entrar em greve geral por um período de dez dias sucessivos, caso o Governo se recusasse a atender as suas demandas salariais.

□ Djuldé Djaló  
Mama Saliu Sané  
Rui Gomes

O Governo se compromete a conceder este subsídio que é traduzido em cinquenta quilos de arroz e um abono de dois mil francos Cfa para preencher exigentemente, o vazio que os trabalhadores públicos enfrentam com o sempre galopante custo de vida.

Um saco de arroz de 50 quilos, segundo o acordado entre as partes, será entregue no dia um de cada mês, e abrange todos os funcionários que ganham da letra C a Z do alfabeto.

O subsídio ora decidido exclui os trabalhadores que recebem emulmentos com participação em receitas, trabalhadores em regime de tarefas específicas e trabalhadores sesionais.

Em entrevista ao Jornal Nô Pintcha, o secretário-geral da UNTG considerou o acordo alcançado de o possível mas não o desejável.

Segundo Desejado Lima da Costa, o acordo é possível porque durante todo o período em que durou o processo negocial, procederam a uma análise exaustiva da situação macro-económica da Guiné-Bissau e chegaram a conclusão de que a situação não é das melhores. Daí, puxaram pelas suas consciências e acabaram por aceitar a proposta do Governo, na base de um acordo que irá vigorar



Uma sessão de negociações vendo-se a direita o vice-primeiro ministro Faustino Imbalí

até o próximo mês de Dezembro.

Na negociação, segundo Lima da Costa, o sindicato tomou em consideração o facto de o país ter saído recentemente de uma guerra fraticida que provocou enormes prejuízos na economia nacional. Tiveram igualmente em consideração, as directrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como as obrigações inerentes a adesão à zona monetária sub-regional. Todos esses factores levaram os sindicatos a rubricar o acordo, porque tanto o Governo como as representações sindicais tiveram observações, sublinhou o secretário-geral da UNTG.

Ainda, segundo esse líder sindicalista, "para se alcançar o presente acordo que em míni-

mo dos mínimos responde as exigências dos trabalhadores", foram obrigados a eliminar os antigos membros dos governos anteriores, cujos nomes continuavam a figurar nas folhas de pagamentos. O que permitiu uma poupança de mais de 200 milhões de francos CFA. Igualmente, foi necessário reduzir os subsídios dos actuais membros do Governo.

O activista sindical guineense disse por outro lado, que o presente acordo não é o que estava a ser visado, porque não satisfaz o actual custo de vida do país, atendendo a sua repercussão negativa na sociedade. Isto é, actualmente, há ausência total do emprego, não a investimentos que ofereçam empregos, há delinquência juvenil em larga escala, a maternidade precosse, e mais, existe a desagregação familiar, possuindo todos esses factores sua explicação no salário que o Governo reserva aos seus funcionários.

É com base nestes factores que a central sindical e a Confederação dos Sindicatos Independentes procuraram, em meio termo, chegar a este acordo com o Governo, explicou Desejado Lima.

Já em Janeiro de 2001, os trabalhadores passarão a dispôr de uma nova tabela salarial na Função Pública. A mesma, segundo o líder da central sindical, será

substancial e, é óbvio que o Governo assuma as suas responsabilidades.

Desejado Lima da Costa disse que o Governo manifestou no presente acordo, a intenção de ver assinada um pacto de estabilidade.

Em Dezembro de 1999, a central sindical chegou a um acordo com o Governo de Unidade Nacional (GUN) em que se previa entre outras coisas, um aumento salarial em que o vencimento mínimo seria da ordem dos 42 mil francos cfa. Mais tarde, esse acordo foi convertido em Decreto-Lei do Conselho de Ministros e automaticamente passou a ser um direito adquirido pelos trabalhadores, sublinhou Desejado Lima.

"É com base nesse pressuposto que avançamos com a proposta ao novo Executivo, e, após sucessivas tentativas sem efeito, tivemos que a convocar greve geral na Função para forçar o acordo", adiantou ele.

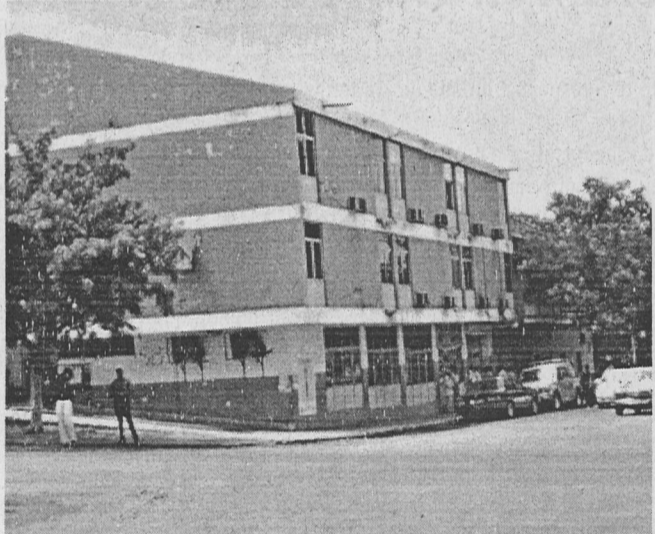
Igualmente, a nossa reportagem falou com o director-geral do Trabalho, Formação e Qualificação Profissional, quem em traços gerais, descreveu as linhas mestras deste acordo. Preciso que os sindicatos e o Governo conseguiram atingir os pontos salientes da reivindicação, pois, o Executivo expressou a sua vontade política ao encontro dos interesses desejados.

Aurelhano disse que as consequências da greve não foram tão elevadas na Administração Pública, porque a adesão não foi considerável. Apesar disso, os dois dias da greve teve o seu reflexo no sector sanitário. No Hospital Nacional Simão Mendes foram registados cinco óbitos que se deveram ao estado patológico dos doentes e não a paralisação geral.

Segundo o director clínico do hospital nacional, o reflexo da greve sentiu-se mais nos departamentos das consultas externas, havendo doentes graves que, devido a ausência dos funcionários daqueles serviços, tiveram que voltar para casa.

Augustinho Pedro Semedo que falava à ANG precisou que os óbitos verificados, entre os quais cinco crianças e uma mulher grávida, tiveram lugar no primeiro dia da greve, adiantando que esses mortos aconteceram nos serviços da pediatria e maternidade.

O director explicou ainda que as causas destas mortes ariam entre as infecções respiratórias agudas e desnutrições. Contudo, foram garantidos os serviços mínimos necessários, que funcionaram em pleno, mas apenas os funcionários em serviço não podiam satisfazer a todos os pacientes.



Vista parcial de Ministério das Finanças



Sede da Central Sindical guineense, UNTG

# Inquérito sobre a greve da Função Pública

## A Solidariedade da população é inquestionável

O jornal Nô Pintcha, em inquérito que efectuou a respeito dos efeitos imediatos da greve geral na Função Pública, apurou que mais de 90 por cento do povo guineense está solidário com as reivindicações dos trabalhadores, considerando justa a luta pelos seus direitos.

As opiniões dos nossos interlocutores foram unânimes em precisar que o "Governo deve atender às reivindicações dos funcionários de Estado, pagando-lhes salários compatíveis com o custo da vida actual".

A erradicação da pobreza deve passar primeiramente pela melhoria de salários dos funcionários públicos, porque sem poder de compra destes, o índice da pobreza tende-se a deteriorar mais.

Alguns até recordaram que uma das causas do levantamento de 7 de Junho relaciona-se com o factor da pobreza. E mais, dizem que se o Governo do PRS/RGB de base alargado não acatar as reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública é porque está a falhar com a sua promessa eleitoral.



**Sambel Baldé,  
Marinheiro:**

Eu diria que é uma justa reivindicação dos trabalhadores pelos seus direitos. Por isso, a minha solidariedade para com eles é inquestionável.

O trabalhador guineense viveu desde sempre em extrema pobreza, sem poder de compra, mas teve sempre a esperança de que, com a mudança tudo seria melhor.

Aliás, foi isso que o povo exprimiu nas urnas - a vontade da mudança - e se o Governo de coligação PRS/RGB de base alargada não acatar esta reivindicação dos trabalhadores é porque está a falhar com a sua promessa eleitoralista e fazer-se desacreditar perante o povo que o elegeu.

Portanto, quanto ao acor-

do alcançado entre o Governo e os sindicatos, considero de um acordo razoável, embora não ser o desejável.

Gostaria que tanto o Governo como os sindicatos e, em especial, os profissionais da comunicação social esclarecessem as pessoas sobre este aumento de subsídio de 14.500 fcfa alcançado neste acordo. Porque muita gente está a confundir que houve um aumento de 14.500 fcfa mais um saco de arroz e é uma confusão total. Porque o que eu estou a perceber é que dentro deste montante está incluído o saco de arroz com um abono de 2000 francos CFA.

**Jorge Mandinga,  
Empresário:**



É de lamentar bastante, que o vencimento na função pública seja inferior ao vencimento de um sergente de construção civil. Só sei o que sei, mas entendo que qualquer Governo que fôr, só irá para a frente se funcionar paralelamente com o sector empresarial.

Ora um Estado que paga este nível de salário é um Estado que não funciona, porque não há nenhum sector privado que promova o processo do desenvolvimento com este Estado que paga mal aos seus funcionários e que ainda não tem pessoas no seu aparelho minimamente capacitados para trabalhar.

Para mim, estes ditos 30 mil francos cfa, não são motivantes para as pessoas trabalharem, por isso, julgo que os trabalhadores terão de continuar com as suas lutas, para realmente conseguirem salários condignos, exigir o Governo fortemente porque é sua obrigação. Se o Estado não tem poder para pagar 60 mil funcionários, que reduza o número e tenha a coragem política. Senão, acho eu, estaremos a adiar as questões fundamentais do desenvolvimento.

**Nuno Helder, Político  
(PPG):**



Eu acho que os sindicatos têm razão de protestar contra o triste nível de vencimento miserável de que gozam. Para mim, acho que a greve foi tarde demais, porque é triste o facto de um pai de família não poder suportar os custos alimentares para a mesma.

Uma coisa é certa, o futuro da nova geração está quase adiado, porque as nossas filhas são obrigadas a praticarem a pedofilia. Dizemos isso, porque na verdade, são obrigadas a agir desta maneira já que os seus progenitores são mal pagos.

Portanto, se quisermos praticar uma verdadeira democracia é preciso seja em sentido virtual.

Então o Governo, em especial, Caetano N'tchama, deve aceitar o desafio que lhe é lançado, porque o prometi-

do é devido. Por essa razão, manifesto muita solidariedade para com os trabalhadores: a luta continua, a vitória é certa!

*Djuldé Djaló e Mama  
Saliu Sané*



### AGRADECIMENTO

Inácia Cunhate, João Cunhate e Anselmo Matche, irmãos e filhos da malograda mãe Augusta Tamba, vêm por este meio e na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, agradecer a todos quanto, com ela se solidarizaram, na condição de paciente e, que depois, a acompanharam até a última morada, no passado dia 19 de Junho de 2000.

Neste momento de dor e de consternação, o colectivo do Jornal Nô Pintcha manifesta o seu profundo pesar à família enlutada.

## Dia mundial da população

Em 11 de Julho próximo é celebrado dia mundial da população sob o tema **salvar a vida das mulheres**. Segundo o FNUAP, pelo menos uma mulher sobre três foi batida, obrigada a ter relações sexuais, ou sofreu sevícias durante a sua vida. Como acabar com esta situação?

## Deputados aprendem ética democrática e protocolo parlamentar

Os Deputados da nação estão reunidos desde segunda-feira, 26 de Junho, em seminário de formação e aperfeiçoamento em ética democrática e protocolo parlamentar.

Esta sessão de formação é organizada pela Assembleia Nacional Popular, e vai decorrer desse dia até 29 do corrente mês.

Os temas em estudo nesse encontro são: os estatutos dos deputados, o papel do parlamentar no processo de implementação da democracia, reconciliação nacional e consolidação da paz, os princípios da separação de poderes e sua interacção com os diferentes Órgãos da soberania, incluindo também a análise dos parlamentos de Portugal, Mali e da Guiné-Bissau.

A presente formação tem como

objectivo principal, elevar o nível de conhecimento dos parlamentares sobre a ética democrática e protocolo parlamentar. Isto pelo facto de a maioria esmagadora dos deputados serem novos em matéria. Daí a necessidade do reforço das suas capacidades no uso da palavra, por forma a melhorar as suas prestações, aprofundando também os seus conhecimentos no campo legislativo.

O representante especial do secretário geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, disse no primeiro

discurso da sua vida em português, que o tema em debate tem muito a ver com o papel deveras crítico que a ANP ou o poder legislativo desempenha na manutenção da paz e desenvolvimento económico e social de qualquer país.

"No caso da Guiné-Bissau, é muito importante preparar esta Assembleia Nacional Popular, devido o seu papel crucial no processo político do pós-guerra", sublinhou ele.

Samuel Nana Sinkam, adiantou

que os deputados representam a vontade da mudança manifestada pela população guineense.

"O desempenho de qualquer parlamento depende da forma como são conduzidos os trabalhos e da disciplina instaurada, porque a vida política e a dos cidadãos, estão ligados às prestações dos representantes do povo no tocante a feitura das leis", esclareceu Sinkam.

O diplomata camaronês ao serviço da ONU na Guiné-Bissau, concluiu que o seminário acontece

num período em que o país, através da ANP, prepara para reformas profundas, readaptando certos aspectos de leis para os valores que correspondem com as exigências da nova sociedade em edificação nesta Pátria de Amílcar CABRAL. Tudo na paz e separação dos poderes.

O presente seminário é financiado pelo UNOGBIS e co-organizado com a ANP.

Domingos Meta Camará

Democracia está em perigo

## Bubo Na Tchutu ameaça Fernando Gomes

O líder da Aliança Socialista declarou hoje à imprensa, na sede do seu partido, em Bissau, que o processo democrático está em perigo, devido a consequente des-governança do executivo de Caetano Intchama.

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública.

Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas.

No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

nando Gomes, referiu-se às recentes deteções de jornalistas, a mando de Caetano N'Tchama, e espera que este se demita das suas funções.

O ex-activista guineense dos direitos humanos disse que "não há tribalismo no PRS, mas apenas uma meia dúzia de oportunistas que detêm o poder dentro do partido, e que estão a tentar expandi-lo no seio da sociedade".

"Enquanto continuar o Governo a agir desta forma, a comunidade internacional terá reservas em dar apoios à Guiné-Bissau", sublinhou.

A Aliança Socialista convocou esta conferência de imprensa para falar também do seu projecto político, que se resume assim: a reforma da administração do Estado, a reconciliação entre os guineenses; a justiça deve ser credível, com maior fun-

cionamento dos tribunais e segurança para os cidadãos; prevê igualmente o respeito pelos direitos humanos e a redução do número dos efectivos militares, por forma a que possam ser coesos e capazes de dar respostas à qualquer solicitação pela paz nacional, sub-regional e mundial.

Amarante Sampa/Onelia

Fernando Gomes revelou que já foi alvo de uma ameaça por parte do Comandante do destacamento de fuzileiros da Marinha Nacional de guerra, José Américo, vulgo, Bubo Na Tchutu.

Segundo Fernando Gomes, Bubo Na Tchutu lhe teria avisado que, se ele continuar a denunciar os erros do Governo no que diz respeito ao tribalismo na Guiné-Bissau, reprimi-lo-á assim que eclodir uma guerra tribal.

Este líder que milita na oposição e cuja formação política aguarda reconhecimento jurídico e institucional, disse que a prova de má gover-

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública. Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas. No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública. Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas. No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública. Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas. No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública. Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas. No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

nação do PRS e RGB, se resume na persistência da corrupção, aumento de criminalidade e partidarização da administração pública. Para ele, o Governo está a nomear para si, alguns quadros com base na pertença partidária. O que está na origem do aumento dos funcionários públicos fantasmas. No capítulo das violações dos direitos humanos, Fer-

BANCO TOTTA & AÇORES  
SUCURSAL DE BISSAU

### Transações bancárias

## Totta & Açores reage

Exmo. senhor Director,

Com referência a uma notícia envolvendo o nome do nosso banco, publicada no Jornal dirigido por V.Exa., em 20 do mês em curso, no uso da faculdade que nos é conferida pela Lei de Imprensa, solicitamos o favor de mandar publicar com o mesmo destaque no próximo número do "NÔ PINTCHA", o seguinte esclarecimento:

De acordo com a legislação cambial actualmente em vigor na Guiné-Bissau, os bancos comerciais são obrigados a entregar ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) a totalidade da moeda estrangeira relacionada com a exportação de mercadorias, para fora do país. Quando de recebimento de

qualquer valores relacionados com exportações de mercadorias, o nosso banco transfere imediatamente para crédito da conta da sede do BCEAO, em Dakar, esses mesmos montantes em moeda estrangeira. A sede do BCEAO, efectua a operação cambial e dá instruções à sua Direcção Nacional em Bissau, para creditar na nossa conta o respectivo contravalor em Francos CFA. Quando recebemos o aviso

comprovativo de que a Direcção Nacional do BCEAO em Bissau, creditou a nossa conta pelo referido montante em Francos CFA, efectuamos o crédito desse mesmo valor na conta do nosso cliente. Em face do exposto, queremos chamar a especial atenção de V. Exa., para as seguintes questões, relacionadas com o assunto: 1- Não temos qualquer intervenção nas operações cambiais, que são da exclusiva respon-

abilidade do BCEAO. 2- Creditamos aos nossos clientes os valores exactos em CFA, que recebemos do BCEAO. 3- Como se pode depreender do que acabamos de afirmar, não há qualquer lucro em termos cambiais, por parte do nosso banco.